

CONCLA – COMISSÃO NACIONAL DE CLASSIFICAÇÃO

Ata da 21ª Reunião Ordinária

Data: 03/04/2008

Horário: 14:00 horas

Local: Ministério da Fazenda

Pauta:

- 1- Aprovação da ata da reunião da CONCLA de 22/03/2007;
- 2- Apreciação da proposta da Tabela de Natureza Jurídica versão 2008;
- 3- Outros assuntos de interesse.

Participantes:

Pelo IBGE

Eduardo Pereira Nunes (Presidente)

Sidnéia Reis Cardoso (Secretária Executiva)

Ana Rosa Pais Ribeiro

Pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Romulo Guimarães Rocha

Pelo Ministério da Ciência e Tecnologia

Fábio Paceli Anselmo

Pelo Ministério do Trabalho e Emprego

Maria das Graças Parente Pinto

Pelo Ministério da Previdência Social

Eduardo da Silva Pereira

Pelo Ministério da Saúde

Elizete A. Soares

Pelo Ministério do Esporte

Valmir Farias Dias

Pela Receita Federal do Brasil

Elaine Miranda dos Santos

Pelo Ministério do Meio Ambiente

Cláudia Enk de Aguiar

Coordenação da Subcomissão Técnica da CNAE-Fiscal

Regina Maria Henriques (RFB/COPAT)

Assuntos Tratados:

A Secretária Executiva da CONCLA, Sra. Sidnéia Reis Cardoso, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e esclareceu que o Sr. Presidente Eduardo Nunes estava a caminho da reunião. Adiantou que a pauta era curta e se centrava, basicamente, na apreciação da proposta da nova Tabela de Natureza Jurídica.

Perguntou a todos os presentes se havia alguma ressalva a ser feita na ata da reunião anterior, que foi enviada juntamente com a convocação. Como não houve qualquer observação, considerou aprovada a referida ata. Passou, então, a palavra para Regina Henriques, pois esta queria compartilhar com os demais a avaliação do segundo Seminário da CNAE Subclasses, ocorrido em Curitiba, em novembro de 2007, e que foi organizado pela Subcomissão Técnica para a CNAE Subclasses, com o apoio do IBGE, Receita Federal do Brasil, Estado do Paraná e Prefeitura de Curitiba. Contou com participação de cerca de mil técnicos de diversas instituições públicas do País e de convidados internacionais, como o Sr. Ralf Becker, Chefe de Estatísticas Econômicas e Seção de Classificação da Divisão de Estatística da Organização das Nações Unidas (UNSD), além de representantes do Canadá, França, Portugal, Argentina e Peru.

Após ter distribuído a todos um exemplar do folheto que serviu para a divulgação do evento, disse que todos os documentos do seminário poderiam ser consultados na página da subcomissão do Paraná: "www.subcomissaocnae.pr.gov.br".

Distribuiu também o protocolo de cooperação nº 6/2007, assinado no IV ENAT, cujo principal objetivo foi estabelecer a concordância de todos os agentes envolvidos na administração tributária, União, Estados e Municípios para a troca de informações que subsidiem a construção do sistema que permitirá uniformidade da classificação de atividades; um folheto resumido sobre o sistema único de codificação CNAE, com a situação atual do projeto e as etapas a serem desenvolvidas até 2010 - época em que estará pronto para ser utilizado em ritmo de produção; e uma proposta de plano de ação para o Programa de Aperfeiçoamento da Aplicação da CNAE.

O projeto que busca automatizar a codificação CNAE está sendo desenvolvido em parceria com universidades que pesquisam técnicas de inteligência artificial. São ao todo 1183 códigos, o que representa um desafio para essas pesquisas, pois elaborar o algoritmo que atribui um código a partir da descrição da atividade não é tarefa simples. Já foram realizados experimentos através das informações dos objetos sociais das empresas, disponíveis em meio magnético, mas não serviram muito para o trabalho, pois não possuem

elementos suficientes. Para tanto, será necessário criar uma base de elementos textuais mais completos e se pretende fazê-lo através de uma coleta piloto, com ampla divulgação e de participação livre, para montagem de um banco de descrições de atividade para que as pesquisas acadêmicas possam avançar e também para já ser base dos descritores. Em junho, deverá começar essa coleta, que foi idealizada para atender a uma codificação, o mais automatizada possível, com orientações nas perguntas que deverão distinguir os processos e as distintas atividades econômicas. Será apresentada a entidades classistas que colaboraram na revisão da CNAE e que deverão ser comunicadas previamente para apoiar a pesquisa, além de contar com a ajuda do DNRC.

Regina Henriques esclareceu que o resultado de todo esse processo só será levado para o cadastro do CNPJ depois de todo o sistema estar consolidado. Elizete Soares perguntou se todo o cadastro será revisto. Regina Henriques informou que a coleta definitiva ocorrerá em 2009, mesmo sem estar completamente automatizada a codificação. Pretende-se contratar um efetivo de estagiários de nível superior para a codificação assistida até 2010. Em 2008 será apenas um piloto. Elizete Soares voltou a perguntar se haverá uma revisão de todo o conteúdo do CNPJ, já que, quando compara a CNAE do CNPJ e do CNAES, percebe incompatibilidade. Regina Henriques aproveitou o momento para distribuir um outro documento, ainda em elaboração, relativo ao “Programa de Aperfeiçoamento de Aplicação da CNAE – Plano de Ação” e pediu que os órgãos usuários da CNAE colaborem com a RFB na sua consecução. Traz a proposta de elaborar um projeto interinstitucional com a criação de um Grupo de Trabalho que, em conjunto, seja capaz de estabelecer as diretrizes de construção de um arquivo para ser gerado com todas as CNAE do estabelecimento e de finalizar o layout do documento que servirá para todos, para que sejam submetidos à aprovação na reunião ordinária da Subcomissão que ocorrerá em Blumenau, nos dias 18 a 20 de junho. Todo o projeto, desde seu início, será disseminado em um portal de domínio público elaborado para ser o portal do projeto CNAE. Para acessar basta colocar email e CPF. Pede colaboração a todos também com sugestões para a construção do portal, que oferece o recurso de edição interativa.

Em breve irá divulgar os formulários que servirão para captar a descrição da atividade, formulários esses que terão dois modelos: um, desenhado pelo IBGE, com um direcionamento para a descrição das atividades (formulário 2) e indicação do segmento. Serão fornecidos grandes segmentos de domínio público e o contribuinte se enquadra no que melhor definir sua real atividade. São sete segmentos. A partir daí, apresenta perguntas sobre características bem específicas. O outro formulário é bem mais livre; nele é permitido escrever a descrição livremente. O objetivo é avaliar a eficácia de cada um dos formulários. A empresa terá apenas uma das alternativas de formulário. Cada empresa deverá avaliar o preenchimento do formulário e poderá, inclusive, enviar sugestões para o aprimoramento do mesmo. Eduardo Pereira, da Previdência, lembra a lei previdenciária referente ao contribuinte individual que utiliza um formulário para pessoa física e que é bem diferente do da empresa.

Tentará junto à Previdência avaliar se esse projeto ajudaria ao contribuinte individual. Sidnéia quis saber se são solicitadas nesse formulário a ocupação e a atividade. Eduardo respondeu que sim, porém não estão de acordo com a CBO e a CNAE. São tabelas próprias que vêm desde a década de 70. Informou, ainda, que irá avaliar se é possível passar a utilizar a CBO e a CNAE.

Nesse momento, registra-se a chegada do presidente Eduardo Nunes, que pediu desculpas pelo atraso, explicando que havia participado de outras duas reuniões na parte da manhã.

Regina Henriques ressaltou a importância do projeto da codificação automatizada uma vez que irá contribuir para a qualidade dos registros. Pediu sugestões para o nome desse projeto. Uma alternativa seria “Programa de Aperfeiçoamento da Classificação”.

Já há uma proposta de agenda no âmbito nacional que abrange todos os órgãos para detectar divergências, inconsistências da classificação e que dará retorno ao projeto com o intuito de aperfeiçoá-lo. Evidenciou a necessidade de haver dotação orçamentária para esse trabalho, já que, uma vez instituído, precisa de um agente financiador. Há a possibilidade de ficar dentro do PPA do IBGE ou de se buscar outro orçamento que poderia ser algo similar ao da Comissão que cuida do cacau, que tem orçamento próprio e de outros órgãos, para que o sistema possa se manter e sair do âmbito de gestão da RFB. Eduardo Nunes pergunta se tem alguma idéia do custo envolvido. Regina Henriques responde que ainda não, acrescentando que a construção do sistema está garantida até o final com recursos já disponíveis. As pesquisas acadêmicas estão cobertas e o desenvolvimento do sistema está garantido. O que falta é o custo de manutenção do sistema. Seria bom se a CONCLA tivesse recursos e pudesse manter a presença dos gestores dos grupos de trabalho. Em conversa com um deputado, este sugeriu formalizar consulta a ser encaminhada ao congresso. É preciso instituir o programa e preparar para o novo cenário de um sistema único. Falta definir “quem” o mantém, “quem” cuida da gestão e “quem” é o responsável pela execução. Surgiu a idéia de formalizar gestão por funções, concretizando-se num arranjo institucional, no qual o IBGE manteria as bases do sistema como retaguarda de controle de qualidade. Dotação orçamentária da CONCLA? Órgão executor com dotação orçamentária? Passa a ter equipe? Onde funcionaria? Pede que o grupo pense como operacionalizar.

Rômulo Rocha lembra o caso da Comissão Executiva do Sal que tinha um fundo que era suprido pela União. Tinha como função a execução de alguma regulação do setor, além de estudos e pesquisas sobre o sal.

Eduardo Nunes cita o caso da CONCAR - Comissão Nacional de Cartografia - que tem uma outra estrutura na qual a presidência cabe ao MPOG e o IBGE tem a secretaria executiva, porém enfrenta essa dificuldade, e para passar a presidência para o IBGE, discutia-se o volume de recursos que envolve.

Há que se refletir se o IBGE e as demais instituições incluiriam em seus orçamentos os recursos necessários, definindo as atribuições de cada um desses órgãos no sistema. Tende a preferir um arranjo institucional interno àquele que passe pelo Congresso Nacional. Talvez o melhor seja fazer uma

avaliação dos recursos necessários e o IBGE encaminhar para o MPOG analisar. Estima que a tarefa de consolidar o projeto com os custos concretamente deve levar dois ou três meses e que em junho esteja no MPOG ou nos demais ministérios; daí se veria a possibilidade de conseguir os recursos, porque se tivermos dificuldade nesse caminho também teremos a possibilidade de que algum ministério o apresente ao Congresso Nacional, ou que algum parlamentar individualmente o apresente. O IBGE poderia encaminhar essa proposta como sendo da CONCLA. Regina Henriques pede que se avalie a proposta do programa e que se pense para começar a desenhá-lo de imediato. É importante contar com todas as oportunidades para se ter um apoio. Pede que todos pensem nos recursos que serão necessários dentro de cada órgão. Além disso, todos os órgãos devem prever a geração periódica (semestral) de arquivos CNPJ X CNAE para consolidação da RFB. Pede, também, que pensem em propostas de aperfeiçoamento.

Claudia Enk pergunta se a participação do meio ambiente ajudaria, uma vez que não aplica diretamente a CNAE em seus registros. Regina Henriques diz que sim, que pode auxiliar na melhor definição das descrições que fazem parte dos relatórios anuais das atividades potencialmente poluidoras.

Sidnéia apresentou a todos uma consulta feita a ela por parte de Elizete Soares sobre o Ato Declaratório Executivo RFB nº 34, que trata da não vinculação entre a extensão “0001” do número de inscrição do estabelecimento inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e a condição de matriz da pessoa jurídica. Isso porque julga valer a pena trazer para a CONCLA esses problemas das divergências dos cadastros. Lembrou de um evento ocorrido em 2002 que reuniu os gestores de cadastros de pessoa jurídica do âmbito federal intitulado “Encontro dos Gestores” e aproveita o momento para trazer à discussão a possibilidade de se restabelecer esse fórum. Esse seria o *locus* de toda essa discussão de conceitos de atributos que envolvem os cadastros. Todos concordaram com essa retomada. Sidnéia pediu, então, que os órgãos formalizem o interesse de retomar esse grupo para iniciarmos os trabalhos. Elaine Miranda lembra o caso das empresas de fronteira, das quais a presidência tem um cadastro e a RFB não sabia. Seria bom se pudesse mapear todos os cadastros.

Claudia Enk considera importante que os dados para fiscalização possam ser trocados entre os órgãos, sem restrição, e as informações estatísticas também, sendo que, com mais cuidado. Citou o caso das ferrovias que têm um CNPJ para cada trecho da estrada e a licença ambiental sai para a matriz e não para cada trecho. O registro no cadastro é só da matriz, e, embora não seja um estabelecimento econômico, é um estabelecimento potencialmente poluidor que interessa ao MMA.

Eduardo Nunes diz ser importante uma discussão dos conceitos que cada órgão tem acerca do que precisa para seu trabalho, tendo em vista a realidade da empresa; além disso cada um tem uma tarefa adicional para identificar seu objetivo específico.

Eduardo Pereira acrescenta que cada órgão começou a utilizar sua codificação sob uma perspectiva diferente, já que as visões do fato real são

distintas. Sugere pegar um único código, por exemplo, o do CNPJ, e ignorar todo o resto. A codificação única não é solução. A diversidade tem de estar na perspectiva do grupo. Elizete Soares identifica, no entanto, a necessidade de um conceito único para a definição de estabelecimento,.

Sidnéia concluiu, então, que a retomada desse projeto foi bem aceita, faltando apenas ver como pode ser concretizada.

Eduardo Nunes sugere eleger um grupo pequeno de representantes dos órgãos para discutir o que é comum e o que é diferente. As eventuais divergências merecerão uma reunião mais direcionada para essa discussão. Esse pequeno grupo levará adiante essa discussão para provocar a reunião desse tipo.

Elizete Soares está no grupo, assim como Ana Rosa, Elaine Miranda, Claudia Enk, Graça Parente, Rômulo Rocha, Eduardo Pereira, um representante do Min. Agricultura e um do INCRA a serem indicados. Como primeiro passo Ana Rosa vai tentar recuperar os documentos do evento anterior e os enviará por email, propondo, inclusive, a possibilidade de haver reunião na segunda quinzena de maio.

Regina Henriques, precisando ausentar-se, fazendo um resumo de sua intervenção inicial, pediu que cada órgão discuta internamente o programa do sistema automatizado de codificação e que participe pelo portal, e ainda que cada órgão faça uma avaliação do projeto de aperfeiçoamento da CNAE no seu âmbito.

Sidnéia passou para o item da aprovação da nova tabela de Natureza Jurídica. Explicou que o grupo de trabalho que se dedicou a essa revisão se reuniu três vezes para elaborar a proposta em discussão. Essas reuniões foram muito produtivas em razão da participação da representante do MDIC, Rejanne Darc Batista de Moraes Castro, e do representante da RFB, José Carlos Santos Britto. Distribuiu duas laudas com o resumo das alterações e de como ficou a tabela.

Elaine Miranda pergunta quando será implementada porque precisa de um tempo para se ajustar na RFB. Eduardo Nunes sugeriu colocar na página do IBGE uma comunicação alertando sobre a mudança, até que todos possam utilizar a nova tabela. Talvez até dar visibilidade maior, no Diário Oficial da União, com prazo relativamente largo para que todos se ajustem. Graça Parente diz que o Ministério do Trabalho vai implementar em 2009, quando começam suas declarações.

Eduardo Pereira acha importantíssimo dar tempo para as empresas se adaptarem e disse que o caso do produtor rural não está bem claro. Outro ponto é que se fizeram ajustes nas notas explicativas em função das leis mais recentes. Os estados utilizam mais que os municípios. É uma necessidade das secretarias estaduais de fazenda. Pensa haver sobreposição com o texto que está na lei. A definição de produtor rural engloba o segurado especial. Em relação ao pescador acontece o mesmo: o pescador quando trabalha com barcos de até 6 toneladas é segurado especial. Essa sobreposição pode gerar dúvidas. Sidnéia pediu que Previdência e RFB se reúnam para decidirem qual a melhor descrição para a natureza jurídica.

Esse fato gerou uma discussão em torno da atribuição do código do produtor rural entre Previdência e RFB. Decidiu-se que deverá ocorrer outra versão da tabela após consulta pública para depois definir a data de implementação.

Está prevista a elaboração de Tabela "De-Para". Sidnéia sugere uma ampla divulgação dessa proposta enquanto Previdência e RFB conversam entre si para ajustar os casos descritos anteriormente.

O prazo final é a próxima reunião da CONCLA, no segundo semestre, que deverá ocorrer no início de agosto para aprovação final.

Rômulo Rocha tem dúvida quanto à mudança de pessoa física para empresa imobiliária. Quer discutir a questão de equiparação à empresa para fins tributários.

Eduardo Pereira passará todas as sugestões de ajustes nas notas explicativas por email.

Sidnéia pergunta se há mais alguma observação ou comentário.

Uma vez que não havia mais nenhuma questão, e sem mais para ser tratado, encerrou a reunião.